



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019





Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

1. BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2019

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2019	31/12/2018
ACTIVO:			
Activo não Corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	2.192.677,84	2.255.585,52
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	16.1.	499,40	499,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros Créditos e activos não correntes			
		2.193.177,24	2.256.084,92
Activo Corrente:			
Inventários	7	5.618,39	4.697,40
Créditos a receber - Clientes e Utentes	16.3.	46.006,87	43.160,93
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	16.4.	3.689,26	3.543,63
Outros activos correntes	16.5.	12.265,81	9.279,16
Caixa e depósitos bancários	16.6.	1.144,03	1.530,80
		68.724,36	62.211,92
Total do Ativo		2.261.901,60	2.318.296,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16.7.	12.191,05	12.191,05
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	16.7.	(200.557,35)	(330.204,00)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10_ 16.7.	1.253.547,60	1.294.337,46
		(76.495,35)	129.646,65
Total dos Fundos Patrimoniais		988.685,95	1.105.971,16
Passivo			
Passivo não Corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	16.10.	998.244,94	988.752,86
Outras dívidas a pagar	16.11.	61.946,57	61.946,57
		1.060.191,51	1.050.699,43
Passivo Corrente:			
Fornecedores	16.8.	61.010,23	25.578,40
Estado e outros entes públicos	16.9.	14.821,90	13.350,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	16.10.	22.000,00	24.000,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	16.11.	115.192,01	98.697,49
		213.024,14	161.626,25
Total do Passivo		1.273.215,65	1.212.325,68
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2.261.901,60	2.318.296,84

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OTOC 80408



2. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 Dezembro 2019

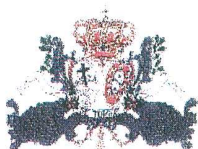
RUBRICAS	NOTAS	Unidade Monetária: Euro	
		PERÍODOS	
		31-12-2019	31-12-2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	8	441.311,45	456.516,82
Subsídios, doações e legados à exploração	16.12.	450.983,85	628.131,04
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(143.005,18)	(145.194,42)
Fornecimentos e serviços externos	16.13.	(184.241,97)	(188.706,02)
Gastos com o pessoal	16.14.	(594.357,04)	(568.202,28)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	8_16.15	80.725,05	91.511,51
Outros gastos	16.16.	(6.488,73)	(6.718,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44.927,43	267.338,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(74.092,96)	(88.371,64)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(29.165,53)	178.966,66
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6	(47.329,82)	(49.320,01)
Resultado antes de impostos		(76.495,35)	129.646,65
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(76.495,35)	129.646,65

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OTOC 80408



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUIDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Exced. de revalorização	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	16.7.	12.191,05		(330.204,00)		1.294.337,46	129.646,65	1.105.971,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização de excedentes de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	16.7.				129.646,65		(40.789,86)	(129.646,65)	(40.789,86)
	2	-	-	-	129.646,65	-	(40.789,86)	(129.646,65)	(40.789,86)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(76.495,35)	(76.495,35)
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3	-	-	-	129.646,65	-	-	(206.142,00)	(117.285,21)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuidores									
Outras operações									
	5								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 5	16.7.	12.191,05	0,00	(200.557,35)	0,00	1.253.547,60	(76.495,35)	988.685,95

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OTOC 80408



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euro

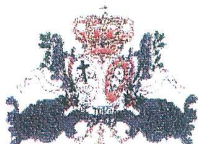
DESCRIÇÃO	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	12.191,05			(270.124,99)		1.348.150,06	(60.079,01)	1.030.137,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização de excedentes de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(60.079,01)		(53.812,60)	60.079,01	(53.812,60)
	2	-	-	-	(60.079,01)	-	(53.812,60)	60.079,01	(53.812,60)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							129.646,65	129.646,65
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2+3	-	-	-	(60.079,01)	-	-	189.725,66	75.834,05
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuições									
Outras operações									
	5								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6 = 1+2+3+5	12.191,05	0,00	0,00	(330.204,00)	0,00	1.294.337,46	129.646,65	1.105.971,16

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OTOC 80408



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

4. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	PERÍODO	PERÍODO
	2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	475.220,41	462.855,58
Pagamentos a fornecedores	-300.563,94	-416.902,44
Pagamentos ao pessoal	-406.796,68	-407.700,99
Caixa gerada pelas operações	-232.140,21	-361.747,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	281.679,20	463.391,21
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	49.538,99	101.643,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-11.185,28	-1.697,40
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.697,40	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	553.000,00	502.825,27
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	241,31	2.200,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-545.507,92	-557.530,37
Juros e gastos similares	-47.350,13	-49.320,01
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-39.616,74	-101.825,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.263,03	-1.879,15
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.530,80	3.409,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	267,77	1.530,80

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OTOC 80408

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Identificação de Identidade
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
4. Activos Fixos Tangíveis
5. Activos Intangíveis
6. Custos de Empréstimos Obtidos
7. Inventários
8. Rendimentos e Gastos
9. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes
10. Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas
11. Instrumentos Financeiros
12. Benefícios dos Empregados
13. Acontecimentos Após a Data do Balanço
14. Agricultura
15. Divulgações Exigidas Por Outros Diplomas Legais
16. Outras Divulgações
 - 16.1. *Instrumentos financeiros*
 - 16.2. *Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros*
 - 16.3. *Créditos a Receber (Clientes e utentes)*
 - 16.4. *Diferimentos*
 - 16.5. *Outros activos correntes*
 - 16.6. *Caixa e depósitos bancários*
 - 16.7. *Fundos patrimoniais*
 - 16.8. *Fornecedores*
 - 16.9. *Estado e outros entes públicos*
 - 16.10. *Financiamentos Obtidos*
 - 16.11. *Outros passivos correntes e não correntes*
 - 16.12. *Subsídios, doações e legados à exploração*
 - 16.13. *Fornecimentos e serviços externos*
 - 16.14. *Gastos com o Pessoal*
 - 16.15. *Outros rendimentos*
 - 16.16. *Outros gastos*
 - 16.17. *Mapas das respostas da entidade*
 - 13.18. *Acontecimentos após data de balanço*



1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO, abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia do Torrão, fundada no ano de mil quinhentos e sessenta e um, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos (IPSS), desde 1983.

Constituída sob a forma de Irmandade, está registada na DGSS em 26-07-1983 no livro das Irmandades, na fls 135 e verso, sob o n.º 48/83, com o NIPC 501 185 631, NISS 20007593811 e tem cadastrado o CAE principal n.º 88101 e secundário 87301, tem sede na Rua do Poço Mau n.º 4 em Torrão.

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO tem como missão a prestação de cuidados individualizados e personalizados em meio domiciliário ou institucional a indivíduos e famílias que, por motivo de doença, idade, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou as actividades da vida diária.

A natureza da actividade da Misericórdia é apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, nas respostas de:

- Centro de dia, com acordo típico para 25 utentes.
- Serviço de apoio domiciliário, com acordo atípico para 35 utentes.
- Estrutura residencial para pessoas idosas, com acordo típico para 32 utentes e 9 vagas extra acordo.



2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Misericórdia e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), nomeadamente:

- ☒ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ☒ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- ☒ Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- ☒ NCRF – ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e
- ☒ Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258, de 29 de Julho.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Misericórdia.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período indo em 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2018.

3 — POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMT na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, assumindo a manutenção da actividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2. Regime do acréscimo

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos em rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3.1.3. Consistência e apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, serão identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens não materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de transacções ou acontecimentos que são agregados em rubricas de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração de resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. Compensação

Os activos e passivos, os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e demonstração de resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa.

3.1.6. Informação Comparativa

As demonstrações financeiras estão comparáveis de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.



3.2. — Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Os *activos* fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, sendo aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor da realização e a quantia escriturada que estiver reconhecida na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, na existência de *ativos intangíveis* estes encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Sendo as amortizações a calcular, pelo método das quotas constantes, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir da data da entrada em funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem, durante a vida útil estimada. Não se considera qualquer valor residual para estes bens.

3.2.3. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários. A SCMT adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out) nas matérias-primas, respeitando assim os prazos de validade.



3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

▪ Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Misericórdia estão registados no ativo pela quantia realizável.

▪ Clientes e Outros Ativos Correntes

As contas de clientes e outras contas a receber estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), para assim refletir o valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de uma forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a SCMT tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/utente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não vencidos.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como activos não correntes.

▪ Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Misericórdia avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

▪ Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui os valores em caixa e depósitos bancários de curto prazo, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

▪ Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.



3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica de fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os fundos patrimoniais são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores ou terceiros, fundos acumulados e outros excedentes, subsídios, doações e legados.

3.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Misericórdia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da SCMT; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos - a existirem são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a SCMT tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.



Locações - Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.2.8. Subsídios Relacionados com Ativos Depreciáveis

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Subsídios do governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a Misericórdia intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções		Equip. Básico	Equip. de Transporte	Equip. Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis
	Terreno	Edifícios				
Vidas Úteis		50	1 a 8	5	1 a 5	1 a 5
Taxas de Depreciação		2%	12,50% a 100%	20%	20% a 100%	20% a 100%
Métodos de Depreciação			Duodécimos			

Entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Valor Bruto	Depreciação	Valor Líquido	Valor Bruto	Depreciação	Valor Líquido
Edifícios e Outras Construções	2.843.900,55	660.143,13	2.183.757,42	2.838.088,79	596.435,70	2.241.653,09
Equipamento Básico	286.756,29	277.835,87	8.920,42	281.382,77	267.626,41	13.756,36
Equipamento de Transporte	88.679,36	88.679,36	0,00	88.679,36	88.679,36	0,00
Equipamento Administrativo	19.222,46	19.222,46	0,00	19.222,46	19.046,39	176,07
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7.616,22	7.616,22	0,00	7.616,22	7.616,22	0,00
Total	3.246.174,88	1.053.497,04	2.192.677,84	3.234.989,60	979.404,08	2.255.585,52

5 — ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica tem os seguintes valores como se segue:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Valor Bruto:		
Programas de Computador	11.601,24	11.601,24
Depreciação Acumulada:		
Depreciação do Período	0,00	0,00
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	11.601,24	11.601,24
Valor Líquido Contabilístico:	0,00	0,00



4 — ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Esta rubrica inclui os seguintes valores:

Descrição	Saldo 31-12-2019	Saldo 31-12-2018
Valor Bruto:		
Edifícios e Outras Construções	2.843.900,55	2.838.088,79
Equipamento Básico	286.756,29	281.382,77
Equipamento de Transporte	88.679,36	88.679,36
Equipamento Administrativo	19.222,46	19.222,46
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7.616,22	7.616,22
Total	3.246.174,88	3.234.989,60
Depreciação Acumulada:		
Depreciação do Período	74.092,96	88.371,64
Alienações	0,00	0,00
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	979.404,08	891.032,44
Total	1.053.497,04	979.404,08
Valor Líquido Contabilístico:	2.192.677,84	2.255.585,52



Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes nos ativos intangíveis têm a sua vida útil finita, e estimada em 3 anos.

As depreciações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fracionada em duodécimos.

Durante os exercícios findos em 2019 e 2018, não existiu movimento no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

6 — CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Exercicio	Empréstimos Obtidos		Juros Suportados	Custo de Financiamento
	Valor Corrente	Valor Não Corrente		
2019	22.000,00	998.244,94	40.437,05	6.913,08
2018	24.000,00	988.752,86	41.954,55	7.365,46

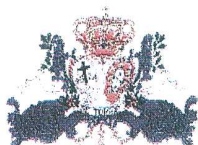
7 — INVENTÁRIOS

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Mais concretamente as matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias estão mensuradas ao custo de aquisição, compreendendo o preço de compra, gastos de transporte e manuseamento, deduzido dos descontos e abatimentos.

Esta rubrica é composta pelos seguintes valores:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Valor Bruto:		
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	5.618,39	4.697,40



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas do exercício foi determinado como se segue:

Movimentos	2019	2018
Inventário Inicial	4.697,40	4.472,55
Compras	143.926,17	145.419,27
Inventário Final	5.618,39	4.697,40
Custos do Exercício	143.005,18	145.194,42

8 — RENDIMENTOS E GASTOS

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efetivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

O rédito do período distribui-se pelas seguintes categorias:

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2019	2018
Prestação de Serviços	441.311,45	456.516,82
Quotas de Utilizadores	439.854,09	454.326,46
Centro de Dia	84.723,29	94.664,38
Serviço de Apoio Domiciliário	44.891,35	50.822,23
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	310.239,45	308.839,85
Quotizações e Joias	462,00	570,00
Serviços Secundários	995,36	1.620,36
Outros Rendimentos e Ganhos	80.725,05	91.511,51

9 — PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A Misericórdia analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com objetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a Mesa Administrativa procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.



Pelo que a SCMT, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

No presente exercício, não se reconheceram provisões para imparidades de utentes de cobranças duvidosas e/ou para outros riscos e encargos.

10 — SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios atribuídos para financiamento de ativos tangíveis e/ou intangíveis são registados inicialmente no Fundo Patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

Os subsídios reconhecidos pela Entidade, nestas condições apresentam-se como se segue:

Descrição	2019	2018
Subsidio Obras - PIDDAC	13.714,78	13.714,78
Subsidio Obras – Outros	11.808,81	11.808,81
Subsidio Obras – CMAS	5.288,00	5.288,00
Subsidio Obras – JFT	299,00	299,00
Subsidio Equipamento Lar - PRODER	3.479,08	14.529,29
Subsidio Equipamento Lar - CMAS	6.200,19	8.172,72
TOTAL DE IMPUTAÇÃO DE SUBSIDIOS AO NVESTIMENTO	40.789,86	53.812,60

11 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ver Nota 3.2.4.



12 — BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

• Órgãos Sociais:

O número de membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia do Torrão, no período de 2019 é o mesmo, ou seja continuam apenas 12 membros (saída de um membro), todos em regime de voluntariado, não auferindo qualquer remuneração, distribuídos da seguinte forma:

- Mesa da Assembleia Geral: 3 membros
- Conselho Fiscal: 3 membros
- Mesa Administrativa: 6 membros (em que um membro assume dois cargos)

• Colaboradores:

O número médio de colaboradores ao serviço da SCMT no período de 2019 foi de 51 com vínculo à Misericórdia.

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

13 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço susceptíveis de originarem ajustamentos às demonstrações financeiras.

14 — AGRICULTURA

Não aplicável / Sem observações.



15— DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS:

A SCMT não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Misericórdia perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 — OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1. Outros Instrumentos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2019, a Misericórdia era detentora de um título no montante 499,40 euros.

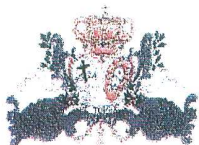
16.2. Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros

Não aplicável/ Sem observações.

16.3. Créditos a Receber (Clientes e Utentes)

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de clientes estava desagregada conforme quando abaixo:

Descrição	2019	2018
Utentes c/c – Resposta Centro de Dia	684,11	3.560,98
Utentes c/c – Resposta Serviço de Apoio Domiciliário	993,81	1.046,97
Utentes c/c – Resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	44.328,95	38.552,98
Total	46.006,87	43.160,93



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

16.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer – Seguros		
Viaturas	735,20	733,32
Acidentes de Trabalho	1.031,34	916,34
Estabelecimento	1.482,60	1.453,85
Outros Seguros	440,12	440,12
Total	3.689,26	3.543,63

16.5. Outros Activos Correntes

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de ativos correntes apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos a Pessoal	500,00	272,43
Adiantamentos a fornecedores	576,00	549,00
Instituto de Gestão da Segurança Social	5.742,36	0,00
Outros Devedores (Despesas em Nome de Utentes)	5.431,30	8.411,49
Outros Devedores	16,15	46,24
Total	12.265,81	9.279,16

16.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de Dezembro de 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Quantia Escriturada e Movimentos do Período				
Rubrica	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	846,48	141.884,13	142.462,84	267,77
Depósitos à ordem	684,32	2.244.302,88	2.244.110,94	876,26
Saldo Final	1.530,80	2.386.187,01	2.386.573,78	1.144,03



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

16.7. Fundos patrimoniais

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes alterações:

Descrição	Saldo 01-01-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2019
Fundos	12.191,05	-	-	12.191,05
Resultados Transitados	(330.204,00)	129.646,65	-	(200.557,35)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais *	1.294.337,46	-	40.789,86	1.253.547,60
Total	976.324,51	129.646,65	40.789,86	1.065.181,30

* Subsídios ao Investimento e Doações

16.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Fornecedores C/C	61.010,23	25.578,40
Total	61.010,23	25.578,40

16.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica do "Estado e Outros Entes Públicos" é dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Passivo Corrente		
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	1.743,00	2.249,00
Contribuições para a segurança social	13.078,90	11.101,36
Total	14.821,90	13.350,36

16.10. Financiamentos Obtidos

Esta rubrica divide-se conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018
Passivo Não Corrente	998.244,94	988.752,86
Conta Caucionada CGD	195.000,00	165.000,00
CGD – Contrato CLOL	803.244,94	823.752,86
Passivo Corrente	22.000,00	24.000,00
Conta Caucionada Caixa Agrícola	22.000,00	24.000,00



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

16.11. Outros Passivos Correntes e Não Correntes

Esta rubrica divide-se conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018
Passivo Não Corrente	61.946,57	61.946,57
Fornecedores de Investimento	61.946,57	61.946,57
Passivo Corrente	115.192,01	122.697,49
Credores por Acréscimo de Gastos	71.380,92	67.866,42
Remunerações a Liquidar (Estimativa)	71.380,92	67.866,42
Outros Credores	43.811,09	30.831,07
Utentes (Gestão Cofre)	21.676,42	17.629,07
Fornecedores Despesas em Nome Utentes	12.908,71	4.449,99
Contabilista e Penhoras de Vencimento	9.225,96	8.752,01

Salienta-se que em “Outros Credores – Utentes”, refere-se à verba de conta corrente detida pelos utentes, e que está apenas à guarda da SCMT, fiel depositária daquele montante.

16.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados. Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2019	2018
Subsídios ISS IP		
Centro de Dia	35.133,00	33.945,00
Serviço de Apoio Domiciliário	169.863,37	161.060,40
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	150.723,42	147.133,44
Vagas Extra Acordo	74.262,24	66.099,96
Vagas Reservadas	15.746,82	17.892,24
Fundo de Socorro Social	0,00	197.000,00
Subsidio Autarquia		
Junta de Freguesia do Torrão	5.255,00	5.000,00
Total	450.983,85	628.131,04



16.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica Fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

Rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos	2019	2018
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:	55.327,80	50.959,23
Trabalhos Especializados	19.219,95	17.564,83
Vigilância e Segurança	2.859,31	615,33
Honorários	17.969,50	19.222,01
Conservação e Reparação	15.279,04	13.557,06
MATERIAIS:	15.536,53	13.449,88
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	9.077,85	7.602,92
Material de Escritório	5.336,45	4.502,75
Artigos para Oferta	200,42	535,58
Material Didático e Lúdico	113,76	46,10
Outros Materiais	808,05	762,53
ENERGIA E FLUIDOS:	73.377,33	83.596,14
Electricidade	46.053,19	56.820,62
Combustíveis	22.270,29	21.619,23
Água	5.053,85	5.156,29
DESLOCAÇÕES E ESTADAS:	744,20	780,95
Refeições	36,70	34,30
Táxi	707,50	731,90
Portagens e Estacionamento	0,00	14,75
SERVIÇOS DIVERSOS:	30.699,32	31.246,19
Rendas e Aluguers	3.099,72	3.099,72
Comunicações	3.076,79	3.662,95
Seguros	4.343,68	4.305,16
Limpeza, Higiene e Limpeza	18.601,33	18.508,36
Outros Serviços	1.577,80	1.670,00
ENCARGOS COM UTENTES	8.556,79	8.673,63
Total	184.241,97	188.706,02

16.14. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal, em 2019 e 2018 são os seguintes:

Gastos com Pessoal	2019	2018
Remunerações do Pessoal	480.566,50	459.814,54
Indemnizações	452,00	598,37
Encargos sobre Remunerações	106.678,46	101.665,24
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	5.664,88	4.813,73
Outros Gastos	995,20	1.310,40
Total	594.357,04	568.202,28



16.15. Outros Rendimentos

O resumo dos resultados gerados em operações classificadas como Outros Rendimentos foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Rendimentos suplementares	34.227,85	33.224,75
Desconto de pronto pagamento obtidos	0,00	300,00
Renda Consultório	3.058,68	3.364,60
Imputação subsídios ao investimento	40.789,86	53.812,60
Restituição de Impostos	2.402,14	0,00
Outros não especificados e Donativos	246,52	809,56
TOTAL	80.725,05	91.511,51

Restituição de impostos corresponde ao processo de pedidos efectuados e relativas ao IVA (50%), nas despesas com obras, de equipamento básico e alimentação.

16.16. Outros Gastos

A rubrica de Outros Gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos Directos (IMI)	4.822,14	4.822,14
Impostos Indirectos (Imposto de Selo)	130,13	138,31
Taxas	325,47	216,98
Dividas Incobráveis	0,00	940,91
Quotizações	618,00	600,00
Outros	572,68	0,00
Outros Gastos de financiamento	20,31	135,79
TOTAL	6.488,73	6.854,14



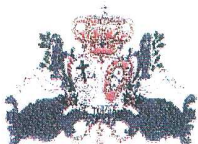
Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

16.17. Mapas das valências da Misericórdia

Os resultados das três das respostas da SCMT apresentam-se no quadro abaixo.

RUBRICAS	ANO 2019	CD	SAD	ERPI
Prestação de serviços	441.311,45	85.105,55	45.428,90	310.777,00
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	450.983,85	36.511,36	171.801,69	242.670,80
Outros Rendimentos e Ganhos	80.725,05	7.840,64	9642,16	63.242,25
Total dos Rendimentos	973.020,35	129.457,55	226.872,75	616.690,05
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	(143.005,18)	(37.985,51)	(30.682,61)	(74.337,06)
Fornecimentos e Serviços Externos	(184.241,97)	(26.134,22)	(34.341,43)	(123.766,32)
Gastos com o Pessoal	(594.357,04)	(94.263,69)	(159.076,25)	(341.017,10)
Gastos de Depreciação e de Amortização	(74.092,96)	(11.725,57)	(16.489,06)	(45.878,33)
Outros gastos e perdas	(6.488,73)	(1.050,79)	(1.477,67)	(3.960,27)
Total dos Gastos	(1.002.185,88)	(171.159,78)	(242.067,02)	(588.959,08)
Resultado Operacional	(29.165,53)	(41.702,23)	(15.194,27)	27.730,97
Gastos de Financiamento	(47.329,82)	(6.207,20)	(8.728,85)	(32.393,77)
Resultado Líquido	(-76.495,35)	(-47.909,43)	(-23.923,12)	(-4.662,80)



16.18. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Todavia, numa perspectiva de enquadramento futuro, constata-se que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia global no início de Março de 2020, tendo o vírus sido designado por COVID-19, e que a nível nacional esta situação conduziu a vários estados de emergência, obrigando a um confinamento generalizado da população.

É expectável que desta situação resulte um impacto económico significativo, não sendo possível avaliar a sua medida nem a sua extensão a nível nacional nem ao nível da actividade da Instituição, contudo, estima-se que o impacto não coloque em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos assumidos.

Relativamente aos restantes números do "Anexo às Demonstrações Financeiras", nada há a declarar ou a comentar.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 25 de Setembro de 2020.


O PROVEDOR:


(João Gonçalves Ferreira de Barahona Nuncio)

O TESOUREIRO:


(Gualter Manuel Marques Marranita)

A CONTABILISTA CERTIFICADA


(Carla Sofia da Silva)
MEMBRO OTOC 80408